

[FNDC repudia ataque de Danilo Gentili à deputada Maria do Rosário](#)

A defesa da liberdade de expressão não pode servir de salvaguarda a discursos de ódio, disseminação de preconceito e crimes de quaisquer natureza

Liberdade de expressão não é salvaguarda para discursos de ódio, disseminação de preconceito e crimes de qualquer natureza. Por isso, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação vem a público prestar solidariedade à deputada Maria do Rosário, histórica defensora dos direitos humanos, e repudiar o discurso misógino, autoritário e criminoso do pseudo-comediante Danilo Gentili em vídeo publicado no Facebook nesta segunda-feira (29/5).

[\(Portal FNDC, 30/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

No vídeo, Gentili rasga uma notificação enviada pela deputada, esfrega os retalhos de papel na genitália, coloca de volta no envelope e orienta a parlamentar a “abrir a bunda e enfiar”. Antes do espetáculo de mau gosto, Gentili destaca a parte da palavra “deputada”, deixando à mostra somente “puta”, numa clara adjetivação misógina. Em seu Twitter, a deputada informou que processará o “humorista”, qualificando-o como “machista e autoritário”.

Ouçã também: [Fórum repudia ato de Danilo Gentili contra deputada Maria do Rosário \(Viva Maria, 01/06/2017\)](#)

Ao idealizar e propagar a campanha Calar Jamais!, de denúncias às violações à liberdade de expressão, o FNDC se coloca ao lado de jornalistas, comunicadores, blogueiros, intelectuais, estudantes, professores, militantes e ativistas de causas populares que enfrentam as mais diversas formas de censura e ataques à sua liberdade de expressão por parte do Estado e suas instituições, nas três esferas de poder, e também por parte da iniciativa privada, especialmente após o golpe articulado com ajuda dos setores mais obscuros da sociedade.

Leia também:

[#MexeuComUma #MexeuComTodas \(Senado Federal, 30/05/2017\)](#)

[Maria do Rosário diz que vai à Justiça contra Danilo Gentili: ‘Machista e autoritário’ \(Jornal Extra, 30/05/2017\)](#)

[Danilo Gentili dá aula de como ser uma péssima pessoa \(R7 Entretenimento, 31/05/2017\)](#)

A defesa da liberdade de expressão e a luta por uma comunicação democrática são essenciais para a democracia. O FNDC reitera, no entanto, que não há nada de democrático em usar espaços em emissoras de rádio e televisão, que são concessões públicas, ou aproveitar a projeção destes meios, para incitar o ódio, ofender publicamente quem quer que seja. O exercício da liberdade de expressão e de imprensa requer responsabilidade.

A atitude de Danilo Gentili comprova a nocividade de uma mídia partidária e tendenciosa, que ano após ano faz florescer na população um sentimento de ódio e desprezo a todos os que atuam no campo da defesa dos direitos humanos e das minorias. Atitudes que não guardam qualquer relação com a liberdade de expressão. Esperamos que o poder Judiciário e o próprio Executivo não façam vistas grossas ao crime cometido por ele.

#CalarJamais
#MachistasFascistasNãoPassarão

Relatório da reforma eleitoral propõe lista fechada com 1 mulher a cada 3 candidaturas

O relatório parcial 3/17 da reforma política, elaborado pelo deputado Vicente Candido (PT-SP), institui novo sistema para eleição de deputados e vereadores e cria um novo fundo de financiamento público para as campanhas eleitorais.

[\(Agência Câmara Notícias, 15/05/2017 -Acesse o site de origem\)](#)

A proposta também acaba com as coligações partidárias nas eleições para deputados e vereadores e permite a federação de partidos, que poderão se unir para atuação comum no curso da legislatura.

O texto altera as leis dos Partidos Políticos (9.096/95), das Eleições (9.504/97), o Código Eleitoral (4.737/65) e a minirreforma eleitoral de 2015 (13.165/15).



Identificação biométrica nas eleições de 2016: no próximo pleito, pode haver lista pre-

Sistema eleitoral

Pelo relatório, nas eleições de 2018 e 2022, o sistema para escolha de deputados e vereadores será a lista pré-ordenada pelos partidos. O texto propõe que, a cada três candidatos, um seja mulher. “Com essa medida, pretendemos no mínimo dobrar o número de cadeiras ocupadas por mulheres nos parlamentos brasileiros”, diz Candido. Hoje, as deputadas ocupam apenas 10% das vagas da Câmara dos Deputados.

A partir de 2026, o sistema será misto: metade dos eleitos virá da lista fechada; e a outra metade, do sistema distrital, que é majoritário (vence o candidato que levar o maior número de votos no distrito). “O modelo de votações por listas é utilizado em mais de 72 democracias no mundo, afora os sistemas mistos que, de alguma forma, também contemplam votações por listas”, afirma o relator.

O modelo atual de eleição de deputados e vereadores é o sistema proporcional. São eleitos os que obtiverem mais votos dentro de uma combinação de votos próprios e votos da coligação ou da legenda. “O que ocorre é que muitas vezes o voto em um candidato ajuda a eleger outros cuja biografia, bandeiras e ideologias são totalmente desconhecidas do eleitor”, destaca Candido, para justificar a mudança.

“Para se ter uma ideia, 93,2% dos deputados federais da última legislatura se elegeram com o voto de suas legendas e coligações, isto é, não se elegeram com seus próprios votos.”

Financiamento

Conforme o a proposta, para financiar as campanhas eleitorais, será criado o Fundo Especial de Financiamento da Democracia (FFD), que não se confunde com o Fundo Partidário, que será mantido. O FFD será distribuído e fiscalizado pela Justiça Eleitoral e financiará todos os candidatos.

Também serão permitidas doações de pessoas físicas, com teto limitado a três salários mínimos – dois para as campanhas de primeiro turno e um para o segundo turno, quando houver. O candidato poderá usar recursos próprios na campanha, com o mesmo limite de três salários mínimos.

O relator destaca que, com a proibição, pelo Supremo Tribunal Federal, das doações de empresas, não haverá recursos suficientes para a realização de campanhas já nas próximas eleições. “É fundamental que aprovemos uma alternativa legislativa que viabilize o financiamento misto para as campanhas eleitorais, combinando doações de pessoas físicas com o financiamento público”, disse.

Recursos para 2018

Os recursos do fundo serão incluídos na lei orçamentária do ano do pleito. Apenas para a eleição de 2018, a proposta delimita o aporte orçamentário: R\$ 2,185 bilhões, dos quais R\$ 1,9 bilhão será utilizado no primeiro turno e R\$ 285 milhões no segundo turno (campanhas de governador e presidente). O relator chegou ao valor usando as despesas constatadas nas eleições de 2014, corrigidas pela inflação e reduzidas em 49,68%, que foi o percentual médio de redução do valor das campanhas entre 2012 e 2016.

O critério de distribuição será o seguinte: 2% divididos entre todos os partidos e 98% distribuídos com base na proporção de votos recebida por legenda na eleição de 2014 para a

Câmara dos Deputados. Além disso, 70% dos recursos do FFD serão destinados aos candidatos a cargos do Poder Executivo (prefeito, governador e presidente) e 30% para candidatos ao Legislativo (vereador, deputado e senador).

A proposta também impõe teto de gastos para cada cargo em disputa, conforme o tamanho da população na circunscrição eleitoral. Os diretórios partidários constituídos provisoriamente não poderão receber nem utilizar recursos públicos, enquanto perdurar o caráter provisório.

Reportagem - Lara Haje

Edição - Rosalva Nunes

[Executivo e Judiciário atuam juntos pelo fim da violência contra a mulher](#)

(Portal Brasil, 20/10/2015) A secretária especial de Política para as Mulheres (SPM), Eleonora Menicucci, se reuniu nesta terça-feira (20) com a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmem Lucia para estabelecer uma cooperação envolvendo agendas do Executivo e do Judiciário para o enfrentamento da violência contra mulheres em campanhas que ocorrerão nas próximas semanas. Menicucci e Carmem Lúcia debateram a campanha “Justiça pela Paz em Casa” que tem por objetivo acelerar processos judiciais que envolvam violência ou grave ameaça contra mulheres, bem como os 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulheres, agenda internacional de combate à violência de gênero adotada por diversas entidades e pelo governo brasileiro. Também participaram da reunião gestoras estaduais de políticas públicas para mulheres.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Executivo e Judiciário atuam juntos pelo fim da violência contra a mulher \(Portal Brasil, 20/10/2015\)](#)

[Participação política feminina é desproporcional](#)

(O Estado do Ceará, 26/05/2014) A participação feminina na política ainda é um desafio. Apesar de representar 51,95% do eleitorado no país, o percentual de mulheres com mandato eletivo no Congresso Nacional não chega a 10%, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dos 513 deputados federais, por exemplo, apenas 45 são mulheres eleitas nas últimas eleições gerais em 2010, o que representa 9% do total, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A realidade não é diferente na política cearense. No Ceará, as mulheres representam 52,36% do eleitorado, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Contudo, a maioria não é refletida nos parlamentos. Na Assembleia Legislativa, existem apenas cinco mulheres entre os 46 deputados estaduais. Na Câmara Municipal de Fortaleza, são sete mulheres entre os 43 vereadores da Capital. A realidade é a mesma nas Câmaras dos outros 183 municípios cearenses, onde os homens são a maioria.

No âmbito do Poder Executivo, as mulheres também são minoria. Temos, hoje, Dilma Rousseff (PT) como a primeira mulher a comandar a Presidência da República, mas, aqui no Ceará, nenhuma mulher governou o Estado, e apenas duas prefeitas ocuparam a administração de Fortaleza: Maria Luiza Fontenele e Luizianne Lins, ambas pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Nunca foi fácil

Maria Luiza Fontenele foi a primeira prefeita de uma cidade do Brasil. Eleita em 1986, ela esteve à frente da Capital até 1989 e relembra o período. “Já na minha candidatura como deputada percebia elementos discriminatórios deste quesito. Eu era tratada de uma forma especial por ter sido a única candidata mulher pelo MDB (extinto), mas ouvia piadas como se o meu corpo não tivesse uma cabeça pra pensar. Na assembleia, só podia entrar de calça comprida. Foi um desafio. Existia um quadro permanente de esquema de sedução. Alguns me atacavam pela minha posição política e outros utilizavam a sensação com o intuito de me constranger e diminuir minha posição lá dentro”, disse para, em seguida, confessar que sofreu ataques à sua honra. “Quando prefeita, os ataques foram fortes desde a campanha. Escutava piadas, e tentavam denegrir minha imagem a todo custo. A forma de agressão tinha sempre um componente da questão da discriminação. Diziam que eu teria que fazer o meu papel que era o de limpar a cidade. Tive muitos problemas no âmbito da prefeitura quando indiquei meus ex-maridos, pois eles já não eram mais meus parentes. Mas, mesmo assim, ficaram me chamando de ‘Dona Flor e seus dois maridos’”, contou.

Para enfrentar as dificuldades, Maria Luiza criou alternativas e tentou trabalhar para mostrar o potencial da mulher dentro da política “Eu já vinha de uma luta que as mulheres tiveram um destaque. Quando fui deputada, criamos um movimento da união das mulheres cearenses e o Comitê Democrático Operário e Popular, mas como uma conjugação de esforços entre mulheres e homens. Essa experiência coletiva sempre me deu uma sustentação forte”, contou.

Longe das decisões políticas, Maria Luiza hoje propõe o rompimento do capitalismo e defende a ideia de que a mulher deve lutar por um mundo mais democrático de direito e não por um lugar no parlamento. Segundo ela, as mudanças partem de outros âmbitos. “As mulheres devem preocupar-se em ocupar espaços dominados pelos homens e manter essa lógica de sistema. Enquanto não se romper essa lógica discriminatória e absurda, não adianta ocupar a Presidência da República. Não é problema em ser a Dilma, mas o sistema está em crise, e não há mulher que crie essa ruptura”, finalizou.

A ex-vereadora e líder do movimento Crítica Radical, Rosa da Fonseca, também passou por situações delicadas quando ocupava uma cadeira na Câmara. Assim como Maria Luiza Fontenele, é a favor de que as mulheres tomem outro papel na sociedade. “A mulher que participa da política e mantém a mesma lógica que dissocia homem e mulher não ajuda na mudança do sistema discriminatório. Quando nós mulheres estamos na política e estamos cumprindo o papel do homem, não nos diferenciamos dele. As mulheres chegam defendendo e gerenciando a mesma lógica deles. Quando eu estava na política senti dificuldades pelo fato de

eu ser vinculada aos movimentos sociais e eles queriam que eu ficasse na Câmara e eu queria estar na rua”, explicou.

Posição

A socióloga e cientista política, Carla Michelle Quaresma, explica que a participação da mulher na política ainda é muito pequena e tímida devido a alguns aspectos pontuais. “Um deles é a cultura machista que ainda temos e que inibe a participação das mulheres. Até hoje, por ocuparem ou almejarem funções semelhantes às dos homens na política, elas sofrem abuso e assédio e acabam não se sentindo encorajadas de participar de um campo que é majoritariamente masculino”. O outro ponto que a socióloga cita é a forma como elas entram no meio político. “Muitas vezes, elas são introduzidas pelo pai ou esposo e acabam reproduzindo as mesmas práticas. Acabam sendo uma figura meramente ilustrativa salvo algumas exceções que vieram de movimentos sociais”, disse.

O professor e sociólogo Horácio diz que a questão não se restringe ao machismo. “Na política, existe algumas questões que não se restringem só ao machismo, mas às próprias mulheres de não terem se encontrado no espaço ideal. Muitas militantes, por exemplo, brigam todos os dias, mas não se interessam pela atuação parlamentar. Até gostam de influir, mas não se sentem atraídas a participar. Acho que não tenha referência machista”.

Representação

A deputada estadual Eliane Novais (PSB) tem mais de 30 anos dedicados ao serviço público. Nas eleições municipais de 2008, Eliane candidatou-se pela primeira vez e foi a mulher mais votada em Fortaleza com 10.308 votos. Com uma história de vida entrelaçada com a política, Eliane conta que conquistar o respeito e reconhecimento por parte dos parlamentares homens foi e ainda é, uma árdua tarefa, mas que com muito trabalho, dedicação e pertinência, consegue espaços que por poucos são alcançados. “Ainda há uma baixa representação feminina. Dentro do parlamento, ainda é muito trabalhoso a gente conquistar certos feitos. Mas parte de nós, mulheres, buscar respeito e integridade. Temos que mostrar e fazer a diferença. Dessa forma, teremos o devido reconhecimento de nossa importância para a sociedade. Eles reconhecem um trabalho decente”, disse.

A deputada acrescentou que os partidos devem, conforme prevê a legislação eleitoral, estimular e capacitar para que as parlamentares se sintam seguras a assumirem cargos de forte representação. “A gente sente que ainda há um baixo incentivo por parte dos partidos, mas acredito que este cenário está mudando. Dentro do parlamento estamos com uma luta para que tenha pelo menos uma mulher na mesa diretora. Ainda não tivemos êxito, mas estamos cobrando do presidente Zezinho Albuquerque. Eles nos veem como boas condutoras das comissões técnicas e prestigia as mulheres nas comissões, mas, na mesa, ainda não estamos”, finalizou.

O que diz a lei

O artigo 10 da Lei 9.504/97 estabelece regra que a doutrina e a jurisprudência convencionaram denominar cota eleitoral de gênero. Alterado pela reforma eleitoral de 2009 (Lei 12.034/09), o dispositivo dispõe que: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”.

A regra visa a assegurar a participação de homens e mulheres no cenário político nacional. Com isso, constitui uma concretização do pluralismo político, que é um dos fundamentos da República Federativa brasileira.

Acesse no site de origem: [Participação feminina é desproporcional \(O Estado do Ceará, 26/05/2014\)](#)

Senado aprova cota para negros em concursos públicos

(Agência Senado, 20/05/2014) O Senado aprovou nesta terça-feira (20) a reserva de vagas para negros ou pardos em concursos públicos federais. Em votação simbólica, os senadores aprovaram o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 29/2014, que garante aos candidatos negros 20% das vagas de concursos a serem realizados por órgãos da administração pública federal, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

Durante a votação, o Plenário e as galerias contavam com a presença de deputados e representantes de entidades de defesa da igualdade racial. Para entrar em vigor, a reserva só precisa ser sancionada pela presidente da República, Dilma Rousseff.

Pelo texto, de iniciativa do próprio Poder Executivo, os candidatos deverão se declarar negros ou pardos no ato da inscrição do concurso, conforme o quesito de cor ou raça usado pelo IBGE. Esses candidatos concorrerão em duas listas: a de ampla concorrência e a reservada. Uma vez classificado no número de vagas oferecido no edital do concurso, o candidato negro será convocado pela lista de ampla concorrência. A vaga reservada será ocupada pelo próximo candidato negro na lista de classificação.



- Temos de esclarecer que a cota é aplicada no processo de classificação. Todas as pessoas vão disputar as vagas no concurso público em pé de igualdade. Não haverá nenhuma possibilidade de se fazer injustiça. Todas as pessoas farão o processo seletivo e, apenas na hora de preencher as vagas, é que será observada a cota de 20% - explicou a senadora Ana Rita (PT-ES), que relatou o projeto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Dez anos

O projeto determina ainda que a reserva de 20% será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso seja igual ou superior a três. Ou seja, se forem três vagas, uma já fica reservada aos candidatos negros. A cota racial terá validade de dez anos e não se aplicará a concursos cujos editais tenham sido publicados antes da vigência da lei.

A proposta prevê punições caso seja constatada falsidade na declaração do candidato. As sanções vão da eliminação do concurso à anulação do processo de admissão ao serviço ou

emprego público do candidato que fraudar os dados.

Relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Humberto Costa (PT-PE), considerou “histórica” sua aprovação pelo Senado.

- Creio que hoje é um dia histórico porque no nosso país, ao longo dos últimos anos, temos procurado enfrentar um problema secular que existe no Brasil da discriminação e do preconceito racial - comemorou o senador.

Humberto Costa citou dados do Censo 2010, segundo os quais 50,7% da população brasileira são negros e mestiços, número que, entre os funcionários públicos federais, fica em apenas 30%. Quando os cargos são mais importantes, o índice cai ainda mais: entre os diplomatas apenas 5,9% são negros; nos auditores da receita são 12,3%; e na carreira de procurador da fazenda nacional, 14,2%.

Discriminação positiva

O senador José Sarney (PMDB-AP) lembrou ter sido o responsável por iniciar a discussão sobre cotas raciais no país, ao apresentar projeto reservando cotas para negros nas vagas no ensino superior e em concursos públicos, há 15 anos. Seu projeto, entretanto foi considerado inconstitucional à época pela Câmara dos Deputados, sob o argumento de criava discriminação entre as pessoas, o que era inconstitucional.

- Invoquei o fato de que as discriminações positivas estavam presentes na Constituição, como no caso dos deficientes físicos, que tinham direito à discriminação positiva. Quero me congratular com a presidente Dilma, que, com sua sensibilidade, consagra, de uma vez por toda, este princípio que, sem dúvida alguma, é um grande avanço e uma grande conquista para a raça negra no Brasil - elogiou Sarney.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lembrou que, neste mês, completam-se 126 anos da Lei Áurea e 319 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

- Se ainda temos que discutir a instituição de cotas para acesso ao serviço público da parte da população negra é porque a Lei Áurea, embora se constitua um marco no processo de emancipação do negro, não trouxe consigo os instrumentos que amparassem o negro no período pós-libertação.

Emenda rejeitada

O Plenário rejeitou a emenda apresentada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para estabelecer a reserva de 40% das vagas de concursos públicos federais a residentes do estado onde os cargos serão preenchidos. Ela já havia sido rejeitada tanto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) quanto na CCJ. De acordo com o relator na CCJ, o conteúdo da emenda tratava de tema diverso ao contido no projeto em análise.

Acesse o site de origem: [Senado aprova cota para negros em concursos públicos](#)

Mulheres ocupam apenas 20% dos principais cargos no governo

(Folha de S.Paulo) A chegada de uma mulher à Presidência da República não significou maior participação feminina na cúpula da administração federal.

No governo Dilma Rousseff, as mulheres ocupam apenas um quinto dos principais cargos do Poder Executivo, uma fatia inferior à do final do governo Lula.

Dos 39 ministros, oito são mulheres. No segundo escalão, a proporção é semelhante: são 61 entre 310 postos.

Em dezembro de 2010, eram apenas três ministras, mas as mulheres ocupavam 70, ou 24%, dos 291 cargos de livre nomeação classificados como NES (Natureza Especial) e DAS-6 (Direção e Assessoramento Superiores, no nível mais elevado).

Formam esse grupo secretárias-executivas, secretárias de Estado, assessoras-chefes e presidentes (ou presidentas, como prefere Dilma) de instituto, entre outras funções de comando.

Se considerado todo o quadro dos ministérios e da Presidência, o serviço público mostra um equilíbrio bem maior entre homens e mulheres -as servidoras são 45,7% do total. A proporção cai conforme se avança até o topo da hierarquia.

Uma das explicações para a falta de avanço na participação feminina é a divisão dos ministérios entre os partidos aliados, menos engajados que o PT em políticas de gênero.

Todas as ministras da Esplanada, de fato, são petistas.

Acesse em pdf: [Mulheres ocupam apenas 20 dos principais cargos no governo \(Folha de S.Paulo - 08/03/2014\)](#)